



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATICO N.º 76

Junho de 2005

NOTAS

1. O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) reuniu, em *Plenário* e com as 1ª e 2ª *Secções de Classificação*, no dia **21 de Junho de 2005**.
2. Encontra-se agendada para o dia **11 de Julho**, às 15 horas, a próxima reunião do *Plenário*.

A TABELA

1. Para a sessão do *Plenário* foram inscritos um total de 8 pontos.
2. Para as reuniões das *Secções de Classificação* foram inscritos, respectivamente, 27 pontos (*1ª Secção*) e 23 pontos (*2ª Secção*).
3. As correspondentes agendas de trabalhos integravam, para além do habitual ponto relativo ao período de antes da ordem do dia (*Plenário*) e à aprovação das actas das sessões anteriores, os seguintes pontos:

Plenário: Análise de temas relacionados com o funcionamento do CSMP: a) listagem actualizada dos processos pendentes; b) propostas do grupo de trabalho; c) carta do SMMP de 20/01/2005; Requerimento do Dr. Luiz César Marques Pinto Gomes a solicitar o regresso à magistratura do Ministério Público, após licença de longa duração; Rectificação da lista de antiguidade dos procuradores-adjuntos, reportada a 31/12/2004; Nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República *Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães* como Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária; Nomeação, em comissão de serviço, da Procuradora da República *Maria Manuela Basílio Luís* como Chefe de Gabinete do Director Nacional da Polícia de Segurança Pública; Análise do projecto de diploma que altera a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, o Estatuto dos Magistrados Judiciais, o Estatuto do Ministério Público, a Lei Orgânica sobre Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional e o Estatuto dos Funcionários de Justiça.

1ª Secção de Classificação: 26 processos de inspecção ordinária ao serviço prestado por vários magistrados.

2ª Secção de Classificação: 22 processos de inspecção ordinária ao serviço prestado por vários magistrados.

A SESSÃO EM RETROSPECTIVA

1. Na reunião do *Plenário* não esteve presente o Dr. *Manuel dos Santos Machado*, tendo o Dr. *João Rato*, por motivos de força maior, se ausentado no decorrer da sessão.
2. Na reunião da *1ª Secção de Classificação* não estiveram presentes os Drs. *Manuel dos Santos Machado* e *João Garcia Correia* e o Prof. Dr. *Eduardo Manuel da Paz Ferreira*.
3. Na reunião da *2ª Secção de Classificação* esteve ausente o Dr. *Manuel dos Santos Machado*.
4. Na reunião da *1ª Secção de Classificação*, em substituição do Dr. *Carlos José Sousa Mendes*, esteve presente a Dr.ª *Maria Gabriela Tigeleiro*.
5. Da sessão do *Plenário* foi adiado **1 ponto**. Da tabela da *1ª Secção de Classificação* foi adiado **1 ponto** e da tabela da *2ª Secção de Classificação* foram adiados **4**.

PONTOS DA AGENDA

Plenário:

1. Como **ponto prévio à agenda** de trabalhos, o Conselho procedeu à **verificação de poderes** do Vogal eleito pela Assembleia da República, Prof. Doutor *Eduardo Manuel da Paz Ferreira*.
2. Como **ponto antes da ordem do dia**, o *Presidente do CSMP* seguidamente informou que o Senhor Ministro da Justiça já designara os dois novos membros do Conselho, aproveitando para agradecer o excelente trabalho desenvolvido pelo Prof. Doutor *Germano Marques da Silva*, como vogal do CSMP, ao longo de cerca de 12 anos e, ainda, agradecer em seu nome e do Conselho tudo quanto fez pelo Ministério Público. O Prof. Doutor *Germano Marques da Silva* usou da palavra para agradecer aquelas palavras e adiantou que, como forma de

homenagear a instituição, tem um projecto para escrever um livro sobre «Ética Profissional do Ministério Público».

3. Por seu turno, o Prof. Doutor *Eduardo Paz Ferreira* afirmou ser uma honra ter sido eleito pela Assembleia da República e manifestou a sua alegria por voltar a colaborar com a magistratura do Ministério Público, recordando, a este propósito, ter tido o privilégio de integrar o Conselho entre 1983 e 1987.

4. O Senhor *Presidente* informou, ainda, que a próxima sessão contaria com a presença do Senhor Ministro da Justiça.

5. De seguida, submeteu à consideração do CSMP a proposta **de renovação da comissão de serviço do Procurador-Geral Adjunto Dr. Luís Armando Bilro Verão**, como Procurador-Geral Distrital de Évora, dado a referida comissão de serviço cessar no dia 7 de Julho, tendo esta renovação sido autorizada com o voto de abstenção do Dr. *João Rato*.

6. Já no **período da ordem do dia** o Conselho **tomou conhecimento da lista de processos pendentes** e aprovou, com ligeiras alterações, as propostas do grupo de trabalho, quanto ao funcionamento do Conselho.

O Conselho aprovou igualmente a proposta apresentada pelo Dr. *Paulo Gonçalves* no sentido de, aproveitando a **«progressiva desmaterialização dos processos»** prevista no programa do Governo, para se solicitar ao Ministério da Justiça a sua extensão aos processos do CSMP, passando a disponibilizá-los integralmente em suporte digital, acessíveis no respectivo servidor mediante *password*, e resolvendo-se, assim, o problema dos vistos.

Por outro lado, relativamente à análise da **carta dirigida ao CSMP pelo SMMP**, foi abordada de novo a questão da existência de membros permanentes, tendo o Dr. Paulo Gonçalves defendido que se deveria reservar tal possibilidade para os membros não magistrados, optando-se apenas pela redução no trabalho de origem dos magistrados eleitos, e propondo, ainda, que se aguardasse pelo início de funções dos novos membros para se proceder à votação. Após debate, foi deliberado proceder à **nomeação de dois vogais a tempo inteiro**, sendo um magistrado e o outro não magistrado, tendo sido eleitos os Drs. *António José Barradas Leitão* e *Helena Alves Vera-Cruz*. Mais deliberou o Conselho que os membros eleitos apenas iniciarão funções, quando estiverem reunidas as necessárias condições, designadamente, em termos orçamentais que permitam o cabimento do pagamento da remuneração devida ao Dr. *António Barradas Leitão* por tal exercício.

7. Foi rectificada a Lista de Antiquidade de Procuradores-Adjuntos, reportada a 31 de Dezembro de 2004.

8. O Conselho autorizou a nomeação em comissão de serviço, do Procurador da República *Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães*, para o cargo de Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária.

9. Foi igualmente autorizada a nomeação em comissão de serviço, da Procuradora da República *Maria Manuela Basílio Luís*, no cargo de Chefe de Gabinete do Director Nacional da Polícia de Segurança Pública. Votaram contra o Prof. Dr. *Germano Marques de Silva* e os Drs. *Cabral Tavares*, *João Correia* e *Barradas Leitão* e abstiveram-se o Prof. Dr. *Eduardo Paz Ferreira* e os Drs *Aurora Rodrigues* e *Filipe Fraústo da Silva*.

10. No que concerne ao projecto de diploma que altera a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, o Estatuto dos Magistrados Judiciais, o Estatuto do Ministério Público, a Lei Orgânica sobre Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional e o Estatuto dos Funcionários de Justiça, foi designado relator do processo o Dr. *Filipe Fraústo da Silva* e tendo sido decidido que os comentários deverão ser enviados, no prazo de 5 dias, a fim de uma proposta de deliberação poder ser presente à próxima sessão do Conselho.

11. Os Drs. *Filipe Fraústo da Silva*, *João Correia* e *Braga Temido* apresentaram uma proposta de deliberação relacionada com as condições de trabalho no Tribunal do Trabalho de Lisboa, bem como com as graves deficiências de instalações que se verificam também noutros tribunais do trabalho (como é o caso, das instalações de vários tribunais de área laboral do distrito judicial de Coimbra) que foi aprovada com o seguinte teor: «Tendo tomado conhecimento do expediente remetido sob o ofício nº 25883/2005, de 3 de Junho de 2005, o Conselho Superior do Ministério Público delibera representar a Sua Excelência o Ministro da Justiça, grande preocupação relativamente à situação das instalações do Tribunal do Trabalho de Lisboa e às condições de trabalho de todos os profissionais que no mesmo exercem as suas funções».

1ª Secção de Classificação: Foram atribuídas as seguintes classificações: 6 procuradores-adjuntos e 1 procurador da República obtiveram **Muito Bom**, 8 procuradores-adjuntos e 2 procuradores da República obtiveram **Bom com Distinção**, 6 procuradores-adjuntos

obtiveram **Bom**, 1 procuradora-adjunta obteve **Suficiente** e 1 procurador-adjunto obteve **Medíocre**.

2ª Seccção de Classificação: Foram atribuídas as seguintes classificações: 4 procuradores-adjuntos e 1 procurador da República obtiveram **Muito Bom**, 5 procuradores-adjuntos e 1 procurador da República obtiveram **Bom com Distinção**, 5 procuradores-adjuntos obtiveram **Bom** e 2 procuradores-adjuntos obtiveram **Suficiente**.